

# Falas e Comensalidade: políticas e coletivos em um acampamento de retomada entre os Kaingang da TI Queimadas (Ortigueira/PR)

Rodrigo Souza Graça<sup>1</sup>  
Ricardo Cid Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Fundação Nacional do Índio, Pontes e Lacerda, MT, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

## Resumo

Em 2018, os Kaingang da TI Queimadas (Ortigueira/PR) realizavam ampla mobilização, ocupando uma área que havia sido retirada deles há mais de 70 anos. Em retomada, acampamentos eram levantados e casas ocupadas, visando à acomodação, à pernoite e às refeições. Ainda, um contingente significativo de indígenas se encontrava em fluxo e refluxo diários entre a sede da Terra Indígena e a área de retomada. Trata-se de contexto aqui analisado no recorte etnológico da guerra: na produção de coletivos e de lideranças/chefes. Abordamos, assim, o cotidiano da guerra nesse acampamento de retomada a partir de dois eixos principais: pronunciamentos e registros audiovisuais pautados por duas lideranças indígenas principais, nos quais emergem “chefes”, “povo”, “a gente” e não indígenas; e os fogos dos acampamentos, nos quais se opera a distribuição de comida e a comensalidade. A partir desses referenciais, visamos à contribuição sobre a configuração de coletivos e lideranças/chefes entre os Kaingang, haja vista a relevância da guerra.

**Palavras-chave:** Kaingang. Guerra. Comensalidade. Falas.

## Speeches and Commensality: politics and collectives in a retaking camp among the Kaingang of TI Queimadas (Ortigueira/PR)

## Abstract

In 2018 the Kaingang of Queimadas (Ortigueira/Paraná) carried out a large mobilization, occupying a farming area that had been taken from them seventy years ago. For the retaking, camps were raised and the main house occupied. A significant contingent of indigenous people was in a daily ebb and flow between the main village of Queimadas Indigenous Land and the occupied area. This context is analyzed through the ethnological framework of the Amerindian war, specifically, the building of collectives and leaders. The analysis considers two main axes: pronouncements and audiovisual records guided by indigenous leaders, in which emerge characters such as the “chiefs”, the “people”, the “us” and the “non-indigenous”; and the “fire pit”, in which food distribution and commensality operate. After these references we aim to contribute to the understanding of collectives and leaders/chiefs building processes among the Kaingang.

**Keywords:** Kaingang. War. Commensality. Speech.

Recebido em: 14/12/2019

Aceito em: 02/09/2020



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## 1 Introdução<sup>1</sup>

A produção etnológica sobre as populações Kaingang frequentemente destaca o faccionalismo e o caráter sociocosmológico disjuntivo, como características da política. Para muitos, as marcas dos clãs exógamos Kamé e Kairu até as disputas entre grupos locais seriam forças gerativas das diferenças e constitutivas dos conflitos. Ainda assim, há imperativos de um “coletivo-comunitário” que se coloca, mesmo que provisoriamente, como unidade e que assume muitas formas – são as Terras Indígenas, as aldeias, e também os acampamentos, as associações, os grupos em viagem/deslocamento. Efetivamente, faccionalismo e unidade convivem na política kaingang, que através da atuação de suas lideranças alternam tensões e alianças na constituição de amplas mobilizações.

A unidade terra-povo, uma fórmula do indigenismo colonial, se coloca de modo ainda mais relevante no contexto contemporâneo quando as relações com não indígenas oportunizam constituição de associações com o poder de representar “uma comunidade” e “uma terra indígena”. Sob a égide de conceitos como “sustentabilidade” e “autonomia” dos povos indígenas no âmbito do licenciamento ambiental e de projetos de Gestão Territorial (GALLOIS, 2002b), o conjunto terra-povo é atualizado e convertido no binômio coletivo-comunidade. Processos de coletivização são parte da experiência histórica e contemporânea dos grupos indígenas. Entre os Kaingang, em uma análise histórica de longa duração, podemos observar que as guerras frente aos não indígenas, envolvendo amplas mobilizações, produziram forte unidade e noções estratégicas de coletivização junto às lideranças.

Neste artigo abordamos a relação entre guerra e coletivização na contemporaneidade, no cotidiano da mobilização dos Kaingang da Terra Indígena (TI) Queimadas (bacia do rio Tibagi, município de Ortigueira/PR) para reocupação, em 2018, de área denominada “Quinhão Quinze”. Enfrentando as problemáticas anunciadas nas clássicas considerações de Pierre Clastres sobre a *sociedade contra o Estado*, essa etnografia assume que o plano da guerra, tal qual aquele das festas<sup>2</sup>, orienta para a potencialidade mobilizadora da chefia política Kaingang e para a conformação abrangente (e provisória) de coletivos e

<sup>1</sup> Uma primeira versão do presente artigo foi apresentada na RAM2019, GT 93 – Redes Ameríndias Meridionais: relações e contextos na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Destacamos que o presente artigo se insere no escopo de tese de doutorado em desenvolvimento por Rodrigo Souza Fontes de Salles Graça no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGAA) /Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob orientação do professor Dr. Ricardo Cid Fernandes.

<sup>2</sup> Situamos ainda a presente etnografia dentro de debate mais amplo na etnologia das terras baixas da América do Sul desenvolvidos por Beatriz Perrone-Moisés (2015) no qual a guerra e a festa constituem-se eixos referenciais para abordagem da política e de coletivos indígenas. Deve-se ainda destacar que, acompanhando as reflexões da antropóloga, dedicamos atenção aos termos utilizados em português pelos Kaingang (PERRONE-MOISÉS, 2015, p. 19).

unidade sob a persistente tração de multiplicidades políticas. A coletivização na guerra será abordada a partir de dois eixos de análise: (1) a construção de narrativa audiovisual e falas conduzidas pelo então vice-cacique; e (2) os fogos e a comensalidade.

## 2 A Aldeia Estava Vazia

Com uma população em torno de 700 indígenas, os Kaingang da TI Queimadas têm se mobilizado recentemente, sobretudo diante dos grandes empreendimentos: ocupação e paralisação de ferrovias e rodovias (2013-2014); e retenção de operários e acampamento frente às torres de alta tensão (2014-2015). Em 2018 tratava-se de mobilização visando à reocupação da área denominada “Quinhão Quinze”, em contexto diretamente relacionado às pressões pela regularização fundiária e pela proximidade das eleições nacionais e estaduais. Naquela terça-feira à noite, a mobilização havia esvaziado significativamente os núcleos habitacionais da terra indígena<sup>3</sup>. Entrando na aldeia, o tratorista informava: “*Está tudo para lá, a aldeia está até triste!*” “*Para lá*”, referia-se à terra retomada, alguns quilômetros de distância dos núcleos residenciais da TI, para onde a maior parte dos indígenas havia se direcionado naquele dia.

Já no acampamento, no “Quinhão Quinze”, o cacique e o vice-cacique faziam questão de afirmar a legitimidade da ocupação, destacando os documentos do processo jurídico que eles guardavam em uma pasta – mormente decisões judiciais favoráveis aos indígenas, indicando ainda início do processo na década de 1940. Vejamos em Relatório sobre os Postos Indígenas no Sul do Brasil referente ao ano de 1942, direcionado ao diretor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), apontamentos sobre as “providências junto à Procuradoria Geral da República” frente à invasão por meio de “medição judicial” na área denominada “Quinhão n. 15” – Terra Indígena Queimadas:

Como já é do conhecimento dessa Diretoria, essa reserva foi invadida por duas medições judiciais. Uma Quinhão n. 14, pertencente a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Paraná e a outra do Quinhão n. 15, pertencente a Dr. Elias Karam e outros. Ambos esses quinhões constituem partes da Fazenda Apucarana Grande, limítrofe da referida área indígena. A primeira foi por nós atendida em tempo e os invasores recuaram, modificando as suas divisas. E a última, que se processou à nossa revelia, foi homologado pelo juízo competente. Tomadas agora, por nós, as devidas providências junto à Procuradoria Regional da República, o mencionado Sr. Dr. Elias Karam, reconhecendo aos incontestáveis direitos dos índios, declarou e posteriormente reafirmou, a nós e ao Sr. Dr. Mario de Vasconcelos Ribeiro, Procurador Regional da República, que mandará retificar as divisas do referido Quinhão n. 15, afastando-se da área indígena. (SPI, 18/01/1943, f.14)

Todavia, em 2018, a área ainda não se encontrava em posse dos indígenas. Foi com diversos papéis em mãos que ambos, cacique e vice-cacique, se encontraram com o “dono” da área para informá-lo que iriam ocupá-la. Ao narrar esse encontro, realizado um dia antes do início da retomada, as lideranças indígenas destacam que o “dono” da terra já aceitava: “*já é terra indígena mesmo!*”, teria afirmado. O “Quinhão Quinze”

<sup>3</sup> A TI Queimadas atualmente é composta de três núcleos residenciais principais (e próximos espacialmente um do outro): Sede, Campo e Missão.

é formado por áreas de morraria, sendo atualmente, em sua maior parte, implantada pastagem para criação de gado.

Se os documentos já provavam e se o “dono” já aceitava o direito indígena, por que ocupar somente no segundo semestre 2018? “*Por causa das eleições*”, respondiam as lideranças. Os Kaingang da TI Queimadas se inserem com demografia significativa em Ortigueira/PR, município do interior paranaense com cerca de 25 mil habitantes. Não é surpresa que os ciclos eleitorais, sobretudo os regionais, influenciem a condição indígena<sup>4</sup>. As “reivindicações”, os “documentos”, as “eleições” e a “retomada” constituem, de fato, elementos de negociação na guerra frente aos não indígenas. Mas sem a devida valorização e visibilidade, esses elementos têm pouca eficácia. A visibilidade é fundamental para negociar na guerra.

### 3 A Espera dos Repórteres e Instituições

Na área de retomada havia, em um primeiro momento, duas regiões de acampamentos: a principal, na área de cima, localizada dentro e no entorno do curral, e a secundária, na área de baixo, na casa da fazenda ocupada. No acampamento principal, se escutava na manhã de quarta-feira: “*Já estão falando no rádio que estamos nessa terra e estamos no nosso direito!*”. Poucas horas depois, um dos professores mais ativos “na parte da cultura” já estava fazendo as pinturas corporais nas crianças e praticando os cantos que o senhor Nivaldo havia lhe ensinado, “*para não esquecer*”. Todos aguardavam a chegada dos repórteres. Embora não haja um número exato, havia aproximadamente 130 indígenas permanentemente no acampamento, além da multidão que diariamente chegava pela manhã e retornava ao final da tarde à TI Queimadas.

Esperaram até de tarde, mas os repórteres não chegavam; não tardou para o cacique anunciar que eles não viriam mais naquele dia, possivelmente chegariam no dia seguinte, afirmava. No dia seguinte tampouco chegaram representantes institucionais mais aguardados, como a FUNAI e o Ministério Público Federal. Com essas ausências, havia evidente desapontamento do cacique e do vice-cacique, as duas principais lideranças indígenas. Todavia, havia uma enfática demanda do vice-cacique para produção de registros audiovisuais e narrativas sobre a reocupação da área.

### 4 Falas e Roteiros

Na quinta-feira, as duas principais lideranças indígenas demonstravam abatimento. Ainda no início da tarde conversávamos e eles manifestavam que não havia a perspectiva de nenhuma das instituições, nem Ministério Público, nem FUNAI, se dirigirem à área retomada para dialogar com os indígenas; tampouco havia expectativa de chegada da imprensa naquele dia. A previsão de chuva também não era animadora. Nesse cenário, ao final daquela tarde, as lideranças informaram que iriam realizar um pronunciamento. Não tardou para que no acampamento o jogo de futebol cessasse, os indígenas da área de baixo (área da casa) subissem e logo a maior parte se aglomerasse em frente ao curral

<sup>4</sup> Sobre este tema, ver Fernandes (2006).

onde as duas lideranças principais realizariam suas falas. Pouco antes de se dirigir ao local, o vice-cacique garantiu que sua fala fosse filmada<sup>5</sup>.

As disposições espaciais para o pronunciamento se mostravam importantes. Ambos, cacique e vice-cacique, ocupavam a parte alta do embarcador do curral; logo abaixo, na entrada do embarcador, se instalava o pai do vice-cacique portando um cocar e uma lança. O pronunciamento era realizado a partir de uma imagem que buscava ser explicitada, uma disposição entre o desapontamento, a indignação e a demonstração de uma postura mais agressiva nas negociações

Primeiramente, o vice-cacique realizou seu pronunciamento em língua kaingang – o cacique, apesar de entender razoavelmente, não se manifesta “na língua”. Logo em seguida, houve o pronunciamento mais curto do vice-cacique em português para, por fim, ocorrer o pronunciamento do cacique. Transcrevemos aqui as falas do vice-cacique e do cacique realizadas em português:

**Vice-cacique Devanil** – Vou conversar um pouco né [...] estava pensando, conversando com o Gordo[cacique] né [...] por que o cara [o “dono” da terra] estava aí, quando nós viemos [...] daí o cara falou para mim: “quer que eu tire agora os gados?” [...] daí nós falemo para ele “Vamos esperar um pouco!” Daí nós conversamos com o “dono” da terra [...] só que os gados estão aí, o cara está ganhando oito mil por mês [...] Daí, se nós estamos aqui sofrendo o cara está ganhando [...] Daí nós vamos falar para o cara aí para ele mandar os gados sair daqui [...] “Quando o gado sair tudo daí você tem que ir atrás dele, aonde está indo o gado, né”. Estamos falando direto para ele assim. Se caso não acontecer o que estamos falando, daí até sábado, os turmas vão matar o gado deles, vamos comer! Vamos falar para ele! Vamos matar, vamos fazer churrasco, vamos comer! Então por isso nós estamos avisando você(s) para nós fazer isso. Então, todo mundo vai descer, nós vamos descer, tranquilo, né Gordo, é isso que eu quero passar para vocês.

**Cacique Amarildo** – Nós estamos há quatro dias aqui já, sofrendo, criança tomando chuva aí, sofrendo bastante [...] A gente chegou numa decisão que, acho que a gente vai ficar aí até sábado. Passando de sábado [...] vai sobra gado aí mais, porque do jeito que a gente está vendo aí [...] a gente está no direito nosso aqui [...] nós não estamos invadindo propriedade nenhuma [...] isso aqui é nosso [...] E agora gente fica andando de lá para cá, hoje mesmo estava na cidade, estava pensando bastante [...] porque é como se a gente estivesse abandonado aqui. Cadê a FUNAI, cadê o Ministério Público, cadê [...] se apareceram aqui?! Estão sabendo que estamos há quatro dias aqui, até agora ninguém chegou aqui para conversar, para ver qual decisão que vai ser tomada [...] até agora não apareceu ninguém [...] Hoje mesmo eu liguei para as redes de filmagem, liguei na Globo, no SBT também, mas [...] isso aí ficou para amanhã só. E aqui também difícil sinal de celular, aqui. Amanhã cedo, tenho [que] subir ali em cima para saber se as empresas de filmagem vão vir para cá [...] amanhã ou depois de amanhã. Porque hoje já liguei para eles e conversei bastante com eles também. Perguntaram o que está acontecendo, expliquei direitinho pra [...] A gente está reivindicando um direito nosso aqui [...] A gente quer a posse dessa terra o quanto antes, expliquei para eles né [...] a gente não está roubando nada [...] a gente entrou na boa aqui, sossegado, não estragou cerca nenhuma. Eu estou conversando na boa, só que a gente está esquecido aqui [...] em quatro dias não aparecer ninguém aqui é muita [...] a gente fica triste ... eu mesmo estava triste já [...] monte de gente aí, pessoas, crianças sofrendo embaixo de chuva aí [...] para tentar um direito nosso ... a gente não está roubando nada e não está fazendo nada de errado. A gente só quer o direito nosso, é só isso que a gente quer. A gente fica com risco tudo isso que está acontecendo [...] a gente tentando resolver as coisas do melhor jeito possível. Mas a gente está esquecido, isso que a gente sente bastante, com isso. E queria falar uma coisa para vocês que,

<sup>5</sup> O vice-cacique pediu para que eu (Rodrigo Graça, coautor) realizasse filmagem do pronunciamento, e, conforme observava, não era o único a realizá-la.

*eu acho que a gente não vai sair daqui enquanto a gente não conseguir o direito nosso, nós não vamos sair daqui [...] porque a FUNAI desde o dia que nós entramos aqui – a FUNAI estava sabendo que a gente ia vir para cá – já liguei, expliquei para a FUNAI certinho [...] mas só que até agora, nem ligação nem nada, não falaram [...] não informaram nada se vão vir ou não vão [...].*

Nos pronunciamentos se destacam quatro tópicos principais: as dificuldades do acampamento; a invisibilidade; o histórico de negociação; e a solução que vislumbram, isto é, efetivar a posse da área requerendo a retirada do gado dentro de um prazo ou, se não cumprido, matando o gado. Não havia interlocutores ou mediadores da imprensa ou das instituições, mesmo assim, as câmeras filmadoras e os celulares de indígenas amplificavam as palavras das lideranças. A imagem da retomada estava em construção com os discursos das lideranças operando como agentes da negociação. Trata-se de pronunciamento dentro do contexto das “nossas falas duras”<sup>6</sup> (GALLOIS, 2002a, p. 206 e 213), frente à FUNAI, ao MPF, à televisão, ao “fazendeiro”, às instituições e “brancos”, todos virtualmente presentes. Em destaque, “a gente”, a indicação de um coletivo que se institui e se mobiliza. A força política kaingang aparece por meio de um coletivo abrangente, “sofrendo”, sem disputas e tensões internas, sem classificações divisórias entre “índio puro” ou “mestiço”, ou “índio de fora” ou “da aldeia”, referenciais correntes no cotidiano dos Kaingang em Queimadas e outras Terras Indígenas<sup>7</sup>. “*A gente está esquecido*”, “*a gente só quer o direito nosso*”, todos frente aos brancos e instituições: enunciados coletivizadores por sobre as diferenças e disputas.

Logo ao término da fala, a maioria dos indígenas presentes se direcionou para parte de baixo da terra retomada para acompanhar o informe que seria dado ao capataz não indígena sobre os termos para retirada do gado.

O capataz ainda não havia chegado, os indígenas que se aglomeravam em frente à casa passaram a se distribuir em áreas próximas. Nesse entremeio, o vice-cacique orientou aos indígenas que manuseavam as câmeras para realizar uma curta entrevista sobre “o que estava acontecendo”. Sem a presença dos repórteres, o vice-cacique Devanil demonstrava a intenção não somente de criação de registros audiovisuais esporádicos, mas de estruturar uma narrativa de visibilidade sobre a retomada da terra que fosse de imediato enviada para alguma emissora de televisão:

*Vice-cacique Devanil – Estamos aqui no Quinhão Quinze, né. É que o povo veio para cá na terra aqui, porque essa terra já é conhecida, né. O povo veio para cá. Então, a gente está aqui acampado, nós já temos documento certinho, para receber essa terra. Então o povo estão aí pressionando eu [...] eu sou vice-cacique de Queimadas, então o povo de Queimadas*

<sup>6</sup> Nos valem aqui do termo traduzido utilizado pelos Wajãpi por permitir caracterização da modalidade de discurso mobilizada pelas lideranças Kaingang. Conforme Gallois (2002a, p. 213): “O material foi coletado paralelamente à pesquisa que venho desenvolvendo na área Wajãpi desde 1977. O corpus constitui-se de cerca de 60 depoimentos registrados até 1992, pertencentes a um gênero que corresponde, basicamente, à oratória política que os Wajãpi denominam *jane ayvu kasü* (“nossas falas duras”). Foram endereçadas a destinatários definidos: indivíduos ou entidades que configuram macrocategorias, como ‘FUNAI’, que quer dizer representantes de diversos setores daquele órgão, ‘governador’, as autoridades do governo estadual em Macapá; ‘governo’, os diferentes órgãos do governo federal em Brasília; ‘chefe dos garimpeiros’ etc. Alguns discursos foram feitos para ser enviados a essas pessoas ou entidades e registrados em fitas de gravador ou, ocasionalmente, em vídeo”.

<sup>7</sup> Ver em Cimbalkuk (2013, p. 159-160), referente à terra indígena Apucarantina, também situada na bacia do rio Tibagi, as relações políticas nas classificações/distinções Kaingang. O caráter conflitivo da política Kaingang, especificamente na TI Queimadas, foi abordado por Góes (2018, p. 136-141), em destaque o conflito armado que culminou em 2012 na morte de dois indígenas

*veio para cá também. Então, eles estão pressionando nós, né. Então, na verdade, eles estão no direito deles. Eu não vou dizer que eu acho, é verdade! Porque a gente já sabe! Eu já fui lá em Brasília também, sobre os documentos, vi certinho. Então a gente sabe isso. Por isso nós passamos para eles esses documentos, por isso que eles vieram para cá acampar. Então, eles não vão sair, não. Os gados estão aí, já mandaram sair, e se não sair até sábado eles vão matar e vão comer. Porque os gados não podem ficar aqui, têm que sair. Pessoas já saiu aqui também, os brancos – só têm dois agora. Então esses uns, vai sair também. Então, esse que eu vou passar para vocês, certo?*

Nesse discurso, a fusão do coletivo opera-se a partir de um deslocamento da figura do “povo”: a ação é realizada pela pressão do povo em cima de um “nós”, cacique e vice-cacique. Estes últimos não são os que lideram, mas aqueles que são pressionados por um coletivo, pelo “povo”. A ação das lideranças decorre desse coletivo, do qual eles se destacam mas devem se submeter, sendo pressionados. Essa fala não elimina a representatividade e a legitimidade das lideranças, mas chama a atenção para a natureza do poder político. Como sublinhou Clastres, na política ameríndia, a reciprocidade entre o chefe e o grupo envolve o controle e a ruptura de circuitos de troca (SZTUTMAN, 2013; LANNA, 2005). As palavras do vice-cacique explicitam um modo de fazer política, posicionando a liderança a uma distância do controle político. Por um lado, o controle está nas mãos do coletivo-comunidade (“eles estão pressionando nós”), por outro, está nas mãos do Estado (“eu já fui lá Brasília também, sobre os documentos, vi certinho”). Se, frente aos não indígenas, a força está na unidade, frente aos Kaingang, a potência está na posição de mediação.

Logo em seguida à gravação do vice-cacique, chegou o capataz em sua casa. Na frente estavam o cacique, o vice-cacique e todos novamente aglomerados. Alguns celulares foram sacados para filmar a negociação. A conversa não demorou muito. Por telefone, o arrendatário da terra se comprometia a retirar o gado a partir do dia seguinte (sexta-feira). O capataz, que também mantinha algum gado em seu nome no local, disse que, além de retirar o gado o mais breve, oferecia uma vaca para os indígenas assarem naquele final de semana.

As negociações foram boas. A política teve bons resultados. Após os diálogos, todos se retiraram da frente da casa do capataz, se distribuindo entre os acampamentos.

## 5 O Roteiro do Vice-Cacique

Com o avanço das negociações, não havia mais preocupação com envio imediato das gravações para qualquer emissora de TV, tal qual no dia anterior. Ainda assim, o vice-cacique conduzia o registro audiovisual e a construção de narrativa sobre a retomada da terra. No meio da tarde, chegou o caminhão para embarcar o gado. Nesse momento, o vice-cacique novamente demandava a realização de entrevista, dessa vez enquadrando ao fundo o embarque do gado. A narrativa junto à imagem enfatizava o cumprimento do acordo, o sucesso das negociações:

*Vice-cacique Devanil: Agora eles estão liberando a terra para nós. Eles vão desocupar tudo para nós. Eles vão deixar para os índios para ficar morando aqui agora [...] daí eles vão deixar livre para nós agora e os bois estão indo embora já! Depois os brancos que também estão aí vão sair...que estão aí vão sair. É bom para o povo né! Se não os gados também ficam aí estorvando aí, arriscar as crianças né [...]. Daí que falaram para o cara já tirar os gados.*

*Daí que o caminhão já veio [...] e está indo embora daí!*

**Rodrigo:** *Está tudo tranquilo Devanil?*

**Vice-cacique Devanil:** *É que nós conversamos bem com os brancos [...].*

No sábado, uma das entrevistas foi realizada sob fundo dos indígenas terminando de matar a novilha doada pelo arrendatário: o sucesso das negociações é agora o enredo.

De modo subsequente, ao longo do sábado, as narrativas do vice-cacique mostravam menos preocupação com os resultados das negociações e mais com o cotidiano do acampamento. Sob orientação do vice-cacique, nesse momento, realizávamos registros audiovisuais sem a preocupação de envio imediato aos não indígenas: os jogos de vôlei e futebol; a realização das refeições; as cozinheiras; as diversas atividades nos locais de acampamento. Sem a concepção mais imediatista de elaboração e envio de vídeo e falas para a imprensa e instituições, os registros de um coletivo mobilizado e os pronunciamentos das lideranças cedem lugar para um roteiro e falas tanto mais próximo a uma crônica do cotidiano. Ao final da tarde de sábado, registrávamos os acampamentos que eram reerguidos em nova área do “Quinhão Quinze”; na apresentação multiplicavam-se os “chefes”, termo utilizado pelo vice-cacique para identificar uma pessoa em cada barraca/acampamento, cada qual constituída por uma família extensa ou família nuclear.

Se no ápice do processo de negociação frente aos não indígenas, a unidade é o destaque, na narrativa dessa crônica do cotidiano, avolumam-se os “chefes” e a multiplicidade do acampamento. Como mensagem “para fora” aos “não indígenas” durante as negociações, há unidade de uma chefia ao mesmo tempo submetida ao “povo” e na linha de frente das negociações; nessa crônica do cotidiano, há multiplicidade da chefia, de acampamentos e de fogos. Do espaço amplo dos enunciados de mobilização, passamos agora a esse cotidiano dos acampamentos e fogos.

## 6 Comida e Manutenção do Acampamento

Desde o primeiro dia, as refeições de todos eram preocupação que ocupava expressivamente as lideranças indígenas, principalmente o cacique e o vice-cacique. Parte significativa das famílias da TI Queimadas estava acampada durante o tempo todo, realizando ao menos três refeições ao dia. Outra parte dos indígenas chegava e regressava diariamente da TI. Todos, acampados permanentes e visitantes, almoçavam no acampamento. Ao longo da semana, o cacique e o vice-cacique permaneciam o dia inteiro mobilizados, tanto para tentativa de contato com repórteres e autoridades não indígenas quanto para garantir a alimentação diária de cerca de 200 a 300 pessoas, entre permanentes e visitantes.

Os custos com a alimentação foram inicialmente pagos com recursos da Associação da TI. Como esses recursos eram limitados, as lideranças se voltavam para negociar prazos para pagamento em mercados e, inclusive, produtores rurais do entorno. Os itens negociados eram basicamente arroz e feijão, frangos e porcos para o consumo no local. Somava-se a esses recursos alimentícios adquiridos junto aos não indígenas, àqueles muito valorizados e diretamente obtidos pelos indígenas: peixes, palmito, passarinhos (caçados principalmente por jovens) e, em menor incidência, tatus e quatis.



A dependência do fornecimento de comida se tornou evidente no terceiro dia do acampamento. A pedido das lideranças indígenas, um dos professores listava em um caderno todos os “funcionários indígenas da TI” e itens alimentícios que deveriam comprar, como: arroz, feijão, farinha de milho e de trigo e café. Os “funcionários” incluem: professores e técnicos da escola estadual da TI, da “saúde”, como motoristas e agentes de saúde e aqueles vinculados ao Projeto Básico Ambiental da UHE Mauá. Não ouvi nenhum tipo de questionamento quanto à obrigação em realizar as aquisições por parte dos “funcionários”. Durante esse período, as lideranças indígenas tinham autoridade para essa solicitação, o que nem sempre ocorre no cotidiano da TI Queimadas. Todavia, junto à aquisição, cabia ainda organizar a distribuição entre os fogos.

## 7 Multiplicidade dos Fogos

Conforme Góes (2018, p. 94) destacou a respeito da organização socioespacial na TI Queimadas, o *pĩ* (fogo) disposto no *ĩn sĩ* (casinha) junto às residências constitui-se fundamental para sociabilização Kaingang. Não se trata de um espaço de constante e irrestrita entrada, mas do espaço mais frequentado cotidianamente pela família extensa. Trata-se de local de atividades fundamental na conformação do parentesco Kaingang, aquele da comensalidade, não somente no sentido de comer *como* e *com* alguém (FAUSTO, 2002, p. 15), mas de “comer do mesmo fogo”, conforme destacou Oliveira (2009, p.12), ou “comer só em uma panela” (GIBRAM, 2012, p. 112). O *ĩn sĩ*, como espaço por excelência da comensalidade cotidiana, constitui-se em estruturante de configuração sociológica dos indígenas Kaingang na TI Queimadas, quer optemos pelo termo “grupo doméstico” (FERNANDES, 2003, p. 140) ou “Casa” (GÓES, 2018, p. 94).

No entanto, quando passamos ao cotidiano da guerra em quais fogos se alimentam os Kaingang da TI Queimadas?

No “Quinhão Quinze”, os acampamentos, a casa ocupada e os redutos de pernoite no curral dispunham de seus fogos. A maioria desses acampamentos, porém, era secundário no preparo das refeições principais: não eram destinados alimentos que chegavam via lideranças indígenas. Desde o início da retomada, as lideranças consensualmente esperavam, que todas as refeições principais fossem realizadas em um só fogo, onde cozinhava Valdira.

Junto a afins e consanguíneos, Valdira, a experiente cozinheira dos “puxirões” agrícolas, era a responsável pelas três principais refeições: café da manhã, almoço e janta. Já no almoço de quarta-feira, o fogo no qual Valdira cozinhava era o principal a agrupar os indígenas para o almoço, porém, não era o único. Além da casa ocupada na parte de baixo, na qual Rosa, irmã do vice-cacique, era a cozinheira principal, no acampamento de Paulina também eram realizadas refeições para quantidade significativa de indígenas.

Ainda na quarta-feira, a cozinheira principal reclamava que não havia chegado um panelão<sup>8</sup>, que contribuiria para realizar quantidade significativa de comida – sendo necessário até aquele momento o improvisado em panelas diversas. Ao final da tarde,

<sup>8</sup> Notar que “panelão” é justamente o termo pelo qual é referido o sistema de produção agrícola nas TIs Kaingang durante o período de atuação do SPI. Nesse período, no processo de realização das atividades agrícolas compulsórias “para o Posto”, todos almoçavam a partir de uma grande panela em que eram preparadas as refeições.

o cacique trouxe o panelão junto com os gêneros alimentícios que acabavam sendo distribuídos também para outros fogos. Ao distribuírem os alimentos, as lideranças reclamavam: “*o certo era ter só um lugar para todo mundo comer!*”.

Na manhã daquele mesmo dia (quarta-feira), ao buscarmos lenha, deixávamos os troncos tanto em localidade mais próximas ao fogo que Valdira era responsável como também próximo ao acampamento de Paulina. No dia seguinte, quinta-feira, a lenha foi trazida de carreta de trator e deixada em uma área central: não apenas os dois fogos principais mencionados pegavam essa lenha, mas todos os demais da parte de cima do acampamento. Quando os frangos congelados chegaram ao final da tarde de quinta-feira, uma das lideranças indígenas sentenciou resignado: “*são quatro fogos, vamos dividir nos quatro*”. Havia quatro fogos principais aos quais deveria ser destinado o alimento: (1) Valdira, que era a cozinha coletivo-comunitária por excelência; (2) a casa ocupada na parte de baixo, com Rosa cozinhando com significativa presença indígena; (3) o acampamento de Paulina, agrupando sua família extensa acampada, outros acampamentos próximo de “comadres” e visitantes; e, por fim, aquele da (4) cunhada do vice-cacique que aglutinava sua vasta parentela.

Quando passamos ao cotidiano da guerra na área de retomada, a experiência da comensalidade, que ocorre frequentemente de modo mais restrito no cotidiano dentro do *in sã e pã* na aldeia, é ampliada. Famílias extensas e grupos domésticos, que não se visitam e, muitas vezes, vivem em conflito na aldeia, se servem das refeições principais no mesmo fogo durante a guerra. Todavia, se há tendência à comensalidade mais ampla, esta é observada somente sob a tração da persistente multiplicidade dos fogos.

As refeições na quinta-feira e na sexta-feira destacavam a continuidade do fogo do acampamento de Valdira como o principal da parte de cima, característica evidenciada não apenas pela vasta família do fiscal (lideranças indígenas de suma importância para as atividades coletivo-comunitárias da TI) que ali realizava refeições, mas justamente pelas cobranças que se ouvia de que ela “*não chamava a hora que saia o almoço*”. Porém, também Valdira proferia crítica a outros *fogos*, pela distribuição dos gêneros alimentícios. Enquanto alguns outros *fogos* realizavam bolinhos de trigo no período da tarde, a responsável pelo fogo principal reclamava que lhe faltava o trigo, indicando justamente que os outros acabavam se apropriando dos produtos trazidos pelas lideranças indígenas.

Ao final da tarde de sexta-feira, chegaram fardos de arroz e outros alimentos trazidos pelos “funcionários”, logo levados até o acampamento da Valdira. Não demorava muito, podiam ser ouvidas em voz alta reclamações proferidas em português e em kaingang, difícil de ser entendidas; do outro lado, em outro fogo era audível, porém ininteligível as respostas em voz alta. Os gritos prosseguiram de ambos os lados: “*Essa mulherada é ruim!*”, respondia um rapaz ao meu lado quando lhe perguntava o que ocorria. Não tardou muito para que Valdira, consanguíneos e afins que estavam contribuindo na realização das refeições pegassem seus colchões e roupas, colocassem na carreta e fossem puxados pelo trator em retorno à Sede da TI Queimadas. Não havia intervenção direta das lideranças indígenas; Valdira havia decidido retornar e abandonar seu papel de cozinheira principal. O estopim foi a reclamação em voz alta a partir do fogo central a respeito da qualidade do arroz trazido por um dos funcionários indígenas: “*Isso aqui é arroz de pintinho!*”; ao que teria sido revidado de outro fogo, e a subsequente discussão.

Sem o acampamento da Valdira, a ampla família do fiscal (e outros) agora se serviam de arroz e feijão no acampamento de Paulina; muitos dos indígenas que passavam somente o dia no acampamento ali se serviam. Se, na parte de baixo, Rosa concentrava todos os indígenas daquela região, na parte de cima, era Paulina, em substituição à Valdira, que agora aglutinava a maior parte deles.

No sábado, ao final da tarde, todos os acampamentos foram transferidos para parte mais acima, no alto da morraria. À noite, já com acampamentos sendo instalados, Paulina coordenava a realização da janta coletiva. O vice-cacique, durante a realização do registo audiovisual, apresentou justamente o acampamento de Paulina como local “*aonde todo mundo vai comer*”. No demais fogos do acampamento, cada qual assava um pouco de carne ou um bolinho, todavia, na janta todos os acampados se dirigiam para a barraca de Paulina para comer arroz, feijão e carne, tudo feito nas grandes painéis. O acampamento de Paulina assumia a atividade do fogo coletivo-comunitário por excelência. Já no sábado, pela noite, a multiplicidade dos fogos converge provisoriamente para o fogo único almejado pelas lideranças indígenas desde o início.

## 8 Festa, Guerra, Roças e Comensalidade

Vivem reunidos aos magotes de 50, 100 e mais indivíduos sob a direção de seus caciques, porém em todo o tempo a autoridade destes é quasi nulla; é só por meios persuasivos, brandos, e dadivas que podem conservar algum ascendente sobre seus companheiros, isto é, conserva-los em seus toldos; no momento em que abandonam estes meios de domínio ficam isolados de seus *subditos*, e até seus próprios filhos e parentes os abandonam à procura de outro chefe mais liberal e menos despótico. Geralmente os caciques e ainda os que mais trabalham, são os que menos objetos teem, pois é e regra entre esta gente, que nunca se deve negar o que é pedido; e uma das maiores injúrias que se pode dirigir e chamá-los de pouco liberais – *deicamá*. E gente de caráter altaneiro e independente que não presta obediência a ninguém; e só por meio de dadivas e boas maneiras se pode deles conseguir alguma obediência. (BORBA, 1908, p. 8)

Telêmaco Borba, militar que conviveu longo período (a partir da segunda metade do século XIX) com os Kaingang na bacia do rio Tibagi, sintetizou na citação acima alguns dos aspectos fundamentais de sua percepção sobre a política Kaingang. Tais referências parecem contrastantes, se abordadas em uma longa duração, com os diversos cargos e a hierarquia das atuais aldeias kaingang: cacique, vice-cacique, conselheiros, chefe de polícia, fiscal e polícia seriam alguns dos principais no âmbito da TI Queimadas. Definição e execução de prisões, controle “da bagunça”, negociações com não indígenas, limpeza e organização de espaços comuns, por fim, o legítimo exercício da coerção são atribuições essenciais dessas lideranças. Neste artigo não resolveremos esse aparente contraste entre coerção/dádiva, porém nos propomos a aprofundar aspectos de política Kaingang no qual a coerção das chefias, frente aos demais indígenas, não se encontra diretamente implicada contemporaneamente.

Desse modo, devemos destacar que, além de frequentemente instável, pesam por sobre os cargos hierárquicos das lideranças kaingang obrigações dispendiosas e exaustivas,

culminando, atualmente, no dever de organização de uma boa Festa do Dia dos Índios, com ampla participação de indígenas e não indígenas, rodeios, churrasco e grupos de música. A “comunidade” pode inclusive abandonar o cacique e o vice-cacique quando estes visam à realização de outras atividades que necessitam de ampla mobilização coletiva, por exemplo, uma lavoura agrícola coletivo-comunitária ou a limpeza de estradas. A festa e a guerra, por seu turno, constituem-se em períodos de significativa autoridade das lideranças indígenas para realização de amplas mobilizações.

Na TI Queimadas, a Festa do Dia do Índio, evento no qual a maior parte dos recursos das atividades agrícolas e aqueles obtidos “lá fora” (junto a não indígenas) é dispendido, promove ampla mobilização indígena, quer na organização interna, quer na participação de indígenas kaingang de outras aldeias. As guerras, por sua vez, podem se situar diretamente na negociação “lá fora”, com os “brancos”, como podemos observar, a partir de ampla mobilização kaingang, resultando, muitas vezes, na obtenção de recursos para as festas<sup>9</sup>. Clastres (2015) havia sinalizado sobre a capacidade de mobilização da chefia indígena em planos específicos, tendo em destaque a guerra como espaço por excelência da autoridade:

Sabemos com efeito que a preparação e a condução de uma expedição militar são as únicas circunstâncias em que o chefe pode exercer um mínimo de autoridade, fundada somente, repitamo-lo em sua competência técnica de guerrear. (CLASTRES, 2015, p. 221)

Na mobilização da retomada, na guerra dos Kaingang da TI Queimadas, as famílias estão mobilizadas, e a autoridade é exercida a partir da posição diferencial do controle do poder – a comunidade de um lado, o Estado de outro – sob a tração da persistente multiplicidade dos fogos. Atualiza-se na guerra frente aos não indígenas, vetores de unidade e fragmentação, aspectos destacados por Renato Sztutman (2005, p. 316) de modo abrangente sobre as populações indígenas das terras baixas da América do Sul:

De um lado, emerge no cenário indígena a figura de representantes políticos capazes de fazer mediação entre seu grupo e diferentes setores da sociedade nacional, bem como entidades políticas como comunidades, conselhos e associações, todos eles voltados para preocupações ligadas à propriedade da terra e a direitos diferenciados. De outro lado, persiste o motor da fragmentação, revelado por um facionalismo intenso, pelo movimento de fissão e dispersão, pelas redes de agressão e feitiçaria, enfim, por múltiplas traições que deslindam um contexto altamente movente.

Festa e Guerra, ainda assim, constituem-se um binômio sob o signo da ampla mobilização e aglutinação entre os Kaingang, especificidade que se mostra ainda mais evidente se a contrastarmos brevemente com as atividades agrícolas na TI Queimadas.

Nas atividades agrícolas, as relações se desdobram de modo mais constante nas alianças específicas das famílias extensas: em “puxirões”, “grupos”, “camaradas”, relações entre sogro e genro, relações entre cunhados. Como amplamente documentado, a significativa mobilização das famílias indígenas para realização atividades agrícolas “no painelão” para o SPI até a década de 1960 esteve diretamente relacionada à coerção

<sup>9</sup> Notar que as negociações “lá fora” envolvem todos os empreendimentos que geram impactos na Terra Indígena Queimadas e, anualmente, disponibilizam recurso para realização das Festas do Dia dos Índios, o maior evento da TI.

sob os rigores dos chefes de posto (não indígena) e a atuação dos capitães indígenas. Atualmente as roças/lavoura coletivo-comunitárias, com atuação intensiva das famílias indígenas no manejo agrícola, ocorrem com pouca frequência na TI Queimadas e podem falhar; em uma tentativa recente (2014), foi possível observar os indígenas simplesmente abandonando as lideranças indígenas.

Podemos observar de modo resumido a comensalidade própria das diferentes modalidades do trabalho coletivo atuais nas denominadas roças de toco. Na modalidade “grupo”, configuram-se ajuntamento restrito em torno de 12 a 24 indígenas que realizam rodízio obrigatório para derrubada e limpeza da área de cada um para plantio. Àquele que recebe a “ajuda” cabe o dever de providenciar a alimentação do dia para todos os participantes. Formado por cunhados, genro/sogro e por pessoas consideradas “próximas”, no “grupo”, se realiza rodízio em que todos participantes ora oferecem ou recebem refeição, mas sempre se alimentam juntos por ocasião das roçadas. O “puxirão” estrito, por sua vez, constitui-se em atividade na qual ocorre convite mais amplo para participação e não há obrigação explícita e declarada daquele beneficiado de contribuir na roça do participante. Nessa modalidade, a comensalidade é ainda mais generalizada: espera-se maior número de participantes do que no “grupo”, assim como os familiares de todos são muito bem-vindos para o almoço. Em realidade, o anfitrião pode não participar diretamente da roçada, mas deve fornecer água no momento do trabalho e organizar o adequado preparo do alimento para todos participantes e familiares. No “puxirão”, o porco caipira, alimento muito apreciado, é com muita antecedência reservado para ser abatido no dia da roçada.

Tais modalidades de trabalho coletivo envolvem a comensalidade e a responsabilidade do anfitrião pelo alimento, com participação que amplia a experiência comensal da família extensa e do grupo doméstico, porém com ênfase ainda dentro do círculo denominado “parentagem” (FERNANDES, 2003):

É significativo que os Kaingang definam que aqueles que participam dos ajudórios sejam parte da sua *parentagem*. Uma linguagem de parentesco descolada dos princípios de descendência e residência. A *parentagem* é uma categoria largamente utilizada pelos Kaingang [...] O que define esta categoria é a relação que algum indivíduo mantém com determinados grupos domésticos. [...] Com efeito a *parentagem* reúne ocasionalmente indivíduos relacionados por laços bilaterais de parentesco, assim como indivíduos identificados como próximos. (FERNANDES, 2003, p. 134-135)

Por sua vez, junto à mobilização generalizada, a guerra amplia essa experiência da comensalidade, não apenas para além das famílias extensas, mas também das “parentagens”. Não são somente os parentes ou os próximos que se mobilizam para a guerra e, nesse âmbito, a comensalidade é generalizada.

Na guerra frente aos não indígenas, a comunidade se reveste de unidade, desloca discursivamente o poder político de suas lideranças para o coletivo-comunitário e alimenta a unidade política a partir de uma panela, de um fogo, que não é controlável. Marcados constantemente pelas divisões internas e pelas disputas em alicerces nas chefias locais e em famílias extensas, a “comunidade” é o resultado mais forte do poder mobilizador da guerra. A guerra e a festa dispõem desse imperativo mobilizador, capaz de proporcionar

a comensalidade generalizada; tal comensalidade, por sua vez, deve ser notada ainda como experiência estruturante, não somente como fenômeno derivado.

## 9 A Experiência da Comensalidade na Guerra e as “nossas falas duras”

Não se trata de experiência trivial a comensalidade durante a guerra. Após cinco dias no acampamento, no sábado à noite retornei da área retomada para a sede da Terra Indígena Queimadas. Sem problemas, chegamos de volta à Sede. Já na chegada, meu anfitrião destacava como *“estava triste”* a aldeia, pois *“todo mundo”* estava lá na área de retomada; naquela noite e no dia seguinte, ele repetia como já ficava com saudade do acampamento. Destacava que lá *“você já levanta já encontra a outra pessoa, não é igual aqui, que tem as casas; lá as pessoas vão e almoçam tudo junto; aqui cada um almoça no seu lugar”*.

Retornei a Curitiba e, quando uma semana depois, no regresso à TI Queimadas, relatos similares eram proferidos pelos indígenas; um deles me perguntava no escritório da aldeia: *“Você já está com saudade do virado de palmito, né?”*, meu interlocutor se referia aos palmitos que ele havia cortado e havíamos comido – em muitos – junto com o arroz no acampamento. Passando em outra casa, sem nenhuma pergunta, escutava: *“Lá a gente come cada dia diferente: um vai pescar, tem passarinho, o quati. Aqui todo dia arroz e feijão, arroz e feijão”*. Visitando outro indígena, este também se referia ao acampamento de retomada nos termos: *“Comemos palmito com arroz, pacote inteiro. Já estava acostumado por lá”*. A experiência de, cotidianamente, não apenas se alimentar com mais frequência dos alimentos do mato, mas também de *“uma mesma panela”* junto de outros, é destacada pelos interlocutores. Durante a guerra, a comensalidade não é apenas intensificada, mas deslocada de seu espaço sociopolítico mais frequente e direto: não se encontra mais restrito aos consanguíneos, afins e à *“parentagem”*, quer seja nos *ĩn sĩ* ou nas alianças específicas das atividades agrícolas; a comensalidade passa a compor de modo direto com os outros *fogos* da TI Queimadas.

Os primeiros roteiros audiovisuais do vice-cacique e as *“nossas falas duras”* das lideranças da TI Queimadas, tampouco, dizem respeito às enunciações restritamente contextuais e residuais; não se trata de representações deslocadas da realidade dos grupos divergentes e dos conflitos, ou a unidade, somente para *“os de fora”*. Submetido *“ao povo”*, na guerra, as lideranças indígenas Kaingang de Queimadas exercem autoridade e conformam coletivos por meio das *“nossas falas duras”*, negociando com os *“de fora”*: ao invés de representações, as falas são estruturantes da mobilização, estão instituindo coletivos. Saber negociar *“lá fora”*, atribuição permanente dentro de uma composição política Kaingang, é tanto mais exigida nos períodos de guerra e constitui a aglutinação em torno de uma ou mais lideranças. Tal atribuição é intensificada, porém, não deslocada de seu espaço sociopolítico na guerra: as *“nossas falas duras”* já se encontram anteriormente de modo direto no espaço das amplas reuniões e encontros, isto é, no pátio e no escritório da aldeia, nas cidades, nos centros políticos e instituições dos não indígenas, nos espaços em que grupos divergentes (indígenas e não indígenas) se encontram. Nesse âmbito, observa-se o contraste das *“nossas falas duras”* com a comensalidade generalizada: esta

última, ao ser ampliada na guerra, compõe não somente como intensificação, mas como deslocamento sociopolítico.

## 10 Considerações Finais

A etnografia de período-chave na mobilização política de grupos indígenas constitui atividade delicada, tanto pelos riscos partilhados em campo quanto por aqueles posteriores assumidos na escrita. Nessa etnografia, o próprio acompanhamento em campo só foi possível a partir de períodos pretéritos de trabalho, experiência e comensalidade, partilhados ao longo de quatro anos na TI Queimadas. Nesse sentido, a análise que desenvolvemos faz com que a responsabilidade etnográfica seja acentuada ao envolver significativa proximidade ao cotidiano de momento definidor da retomada de terra de indígenas da TI Queimadas.

Frente ao esbulho territorial que passaram os Kaingang na bacia do rio Tibagi e Ivaí, a guerra de retomada dos Kaingang da TI Queimadas não é balizada pelo mero exercício da força, mas negociada: da legitimidade dos documentos, passando pela exposição frente às instituições não indígenas e aos fogos indígenas, pelos roteiros audiovisuais e as “nossas falas duras”; e, de modo destacado, pela relação comensal. Nesse bojo e pela proximidade (e responsabilidade) etnográfica, destacamos a potencialidade da política Kaingang na guerra em vista do quadro amplo de relações: aquelas com as instituições, o Estado, os “donos”, os “brancos”, os que estão “lá fora”; e aquelas “internas” (e repletas de alteridade), entre consanguíneos, afins e os outros *fogos* kaingang. Nessas redes, nota-se a realização de (contra)estruturação de coletivos e da liderança a partir da multiplicidade de falas, fogos e panelas, isto é, a persistente legitimação da política Kaingang.

## Agradecimentos

Agradecemos às diversas contribuições dos organizadores e debatedores do GT 93 – Redes Ameríndias Meridionais: relações e contextos na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (RAM 2019). Agradecemos ainda as análises, as críticas e as indicações dos pareceristas da *Ilha – Revista de Antropologia* e o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio de bolsa de doutorado disponibilizada.

## Referências

- BORBA, Telêmaco. **Actualidade Indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- CIMBALUK, Lucas. **A criação da aldeia água branca na terra indígena Kaingang Apucarantina: “política interna”, moralidade e cultura**. 2013. 252p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2015.
- FAUSTO, Carlos. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 7-44, out. 2002.

FERNANDES, Ricardo. **Política e Parentesco entre os Kaingang**: uma análise etnológica. 2003. 288p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Ricardo. O 15 e o 23: políticas e políticos Kaingang. **Campos Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 27-47, 2006.

GALLOIS, Dominique. “Nossas Falas Duras”. Discurso político e auto-representação Waiãpi. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. (org.). **Pacificando o Branco**: Cosmologias do Contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP, 2002a. p. 205-237.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Vigilância e controle territorial entre os Waiãpi: desafios para superar uma transição na gestão do coletivo. In: GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). **Demarcando Terras Indígenas II**: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília, DF: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2002b. p. 95-112.

GIBRAM, Paola. **Política, Parentesco e outras Histórias kaingang**: uma etnografia em *Penhkar*. 2012. 202p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GÓES, Paulo Roberto. **Morfológicas**: um estudo etnológico sobre os padrões socioterritoriais entre os Kaingang (dialetos paraná) e Mbya (litoral sul). 2018. 499p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LANNA, Marcos. As sociedades contra o Estado existem? Reciprocidade e poder em Pierre Clastres. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 419-448, out. 2005.

OLIVEIRA, Philippe H. **Comida forte e comida fraca**: Alimentação e Fabricação dos corpos entre os Kaingáng da Terra Indígena Xapecó (Santa Catarina, Brasil). 2009. 142p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Festa e Guerra**. 2015. 126p. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SPI – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Relatório: trabalhos realizados em 1942 - direcionado ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. **Microfilme 75**. Museu do Índio, Rio de Janeiro, 18/01/1943.

SZTUTMAN, Renato. **O Profeta e o Principal**: a ação política ameríndia e seus personagens. 2005. 576p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SZTUTMAN, Renato. Metamorfoses do Contra-Estado: Pierre Clastres e as Políticas Ameríndias. **Pontourbe**, [on-line] v. 13, 31 de dezembro 2013. DOI: 10.4000/pontourbe.893. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/893>. Acesso em: 28 nov. 2019.



### **Rodrigo Souza Graça**

Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Paraná (2009); graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Metropolitana de Santos (2021); mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (2013); e doutorando em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná, com pesquisa junto aos Kaingang. Atualmente é Indigenista Especializado e chefe da Coordenação Técnica Local em Pontes e Lacerda/MT na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com atuação em destaque nas áreas de direitos sociais, etnodesenvolvimento e monitoramento/proteção territorial junto às populações indígenas Nambiquara (Katitauru) e Chiquitano.

Endereço profissional: FUNAI, Coordenação Técnica Local em Pontes e Lacerda, Vila DNER, s/n, Bairro Padrão, Pontes e Lacerda, MT. CEP: 78250-000.

*E-mail*: rodrigofsgraca@gmail.com

**ORCID**: <https://orcid.org/0000-0003-4870-0295>

### **Ricardo Cid Fernandes**

Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), mestrado em Social Anthropology – MPhil University of Cambridge (1995), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2003), estágio pós doutoral na Université de Montreal (2018). Atualmente é professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase no estudo de sociedades tradicionais (indígenas e quilombolas) no Sul do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: relações interétnicas, etnohistória, política indígena, etnologia, territorialidade tradicional e estudos de impacto socioambiental.

Endereço profissional: Universidade Federal do Paraná, Campus Reitoria, Rua Gal Carneiro, n. 460, 6º andar, Centro, Curitiba, PR. CEP: 80060-150.

*E-mail*: ricardocid@ufpr.br

**ORCID**: <https://orcid.org/0000-0002-9865-7080>

## **Como referenciar este artigo:**

GRAÇA, Rodrigo Souza; FERNANDES, Ricardo Cid. Falas e Comensalidade: políticas e coletivos em um acampamento de retomada entre os Kaingang da TI Queimadas (Ortigueira/PR). **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 24, n. 2, e70649, p. 198-214, maio de 2022.